

TERCEIRIZAÇÃO NA USP: A FEIRA DE PROFISSÕES ESCANCARA A FACE CRUEL DA TERCEIRIZAÇÃO NA USP



A Feira USP de Profissões é apresentada todos os anos como cartão-postal da Universidade: milhares de jovens visitam os campi, conhecem os cursos e são convidados a enxergar na USP um futuro possível. Mas, por trás das tendas, palcos e estruturas que servem de vitrine para a Universidade, trabalhadores foram submetidos a jornadas exaustivas, insegurança, falta de condições sanitárias e acidentes. Esta é a face que a Reitoria tenta esconder quando terceiriza serviços essenciais e se exime de sua obrigação de fiscalizar.

Neste ano, a montagem da Feira foi contratada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão por meio do Pregão Eletrônico nº 02/2026-PRCEU, executado pela empresa **CAPE Feiras e Eventos Ltda.** A empresa, por sua vez, contratou outra para recrutar mão de obra: a conhecida quarteirização, que multiplica intermediários, dilui responsabilidades e joga trabalhadoras e trabalhadores ainda mais fundo na precarização.

Os relatos recebidos pelo SINTUSP são gravíssimos. Trabalhadores em situação de extrema vulnerabilidade social foram recrutados em um albergue na Mooca, levados pela manhã para trabalhar na USP e “devolvidos” ao final do dia, quando recebiam diárias. Parte deles não possuía documentos de identificação. Não se trata de um detalhe: é a utilização da vulnerabilidade humana como fonte de mão de obra barata, descartável e sem proteção.

Na montagem das estruturas, houve relatos de jornadas superiores a dez horas, intervalo inadequado para alimentação, falta ou inadequação de equipamentos de proteção individual e somente dois banheiros químicos expostos ao sol para atender toda a equipe. As

condições de higiene e descanso eram incompatíveis com qualquer noção elementar de dignidade no trabalho.

Os acidentes revelam o preço dessa política. No dia 1º de setembro, um jovem trabalhador teve o dedo esmagado durante o serviço e corre risco de amputação. O SINTUSP foi acionado, prestou socorro e acompanhou seu atendimento no Hospital Universitário; a compra de medicamentos foi inicialmente custeada pelo Sindicato e posteriormente reembolsada pela empresa. Também houve relato de outro acidente, em que um trabalhador foi derrubado por material transportado por empilhadeira.

Nada disso é “fatalidade”. Acidentes têm causas: ausência de treinamento, de EPIs adequados, de planejamento, de pausas, de fiscalização e de condições seguras de trabalho. Foi cobrada a paralisação das atividades irregulares e lembra que o próprio edital exige o cumprimento das NRs 18 e 35, relativas às condições de trabalho na construção e ao trabalho em altura, além de prever medidas de fiscalização e sanções. Se essas exigências estavam no papel, por que não foram garantidas na prática?

Após a pressão do Sindicato, fomos à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão denunciar a situação e cobrar providências. A CAPE comprometeu-se a regularizar a situação do trabalhador acidentado para emissão da CAT e pagamento de seus direitos. Mas o fato de ele já não estar no albergue onde era recrutado torna ainda mais urgente localizá-lo, garantir seu acompanhamento e impedir que seja simplesmente descartado depois do acidente.

A responsabilidade é da Reitoria!!!

A responsabilidade primeira não é apenas da empresa. A USP contratou, escolheu o modelo, definiu o edital, paga o contrato e tem o dever de fiscalizar sua execução. Não pode posar de espectadora enquanto empresas lucram com a superexploração de quem trabalha dentro de seus *campi*.

O edital da Feira afirma expressamente que a contratada não deve possuir empregados em trabalho degradante ou forçado. Também prevê que a fiscalização técnica deve adotar medidas preventivas, inclusive manifestar-se pela suspensão da execução quando necessário. A PRCEU tinha o dever de aprovar materiais e

serviços, impugnar o que estivesse em desacordo com o contrato e assegurar o cumprimento das normas de segurança. A Reitoria, a PRCEU, a Codage e os fiscais responsáveis precisam responder: quem acompanhava diariamente a montagem? Que providências foram tomadas antes do acidente? Por que foi necessária a intervenção do Sindicato para que condições tão evidentes fossem denunciadas?

A burocracia universitária gosta de fazer longos discursos sobre republicanismo, excelência e urbanidade. Mas não há universidade pública de excelência onde trabalhadores são recrutados em albergues, transportados como se fossem mercadoria, submetidos a

longas jornadas e expostos a risco de mutilação. Não há “inclusão” nem “futuro” na propaganda de cursos enquanto a infraestrutura do evento é erguida sobre a negação dos direitos mais básicos de quem trabalha.

E este não é um episódio isolado. No início do ano, um trabalhador terceirizado de 29 anos morreu soterrado em uma obra da USP em Piracicaba. Quando a terceirização transforma a vida do trabalhador em variável de custo, os acidentes e as mortes deixam de ser exceções: tornam-se resultado previsível de uma política que prioriza contratos baratos e empresas privadas em lugar de emprego público, equipes dimensionadas e fiscalização real.

Com as trabalhadoras terceirizadas a situação também é absurda e degradante!

A mesma lógica se repete no cotidiano das unidades. Empresas de limpeza, como Viva e Interativa, vêm reduzindo os quadros de trabalhadoras, embora a quantidade de pessoal seja calculada contratualmente a partir da área em metros quadrados que precisa ser limpa. A área permanece a mesma; as salas, laboratórios, banheiros e corredores continuam existindo. O que diminui é o número de pessoas para dar conta de tudo. A diferença vira sobrecarga, dor, adoecimento, pressão e medo de demissão.

Também chegam ao Sindicato relatos de adicionais de insalubridade e periculosidade pagos de forma incorreta, ou até não pagos quando deveriam, atrasos salariais, equipamentos de proteção inadequados e imposição de manuseio de materiais químicos descartados nas unidades. Mesmo com as atuais ondas de calor extremo, as empresas só fornecem uniformes

pesados, feitos de materiais mais baratos como poliéster, que “esquentam demais”, agravando a desidratação e o desgaste físico. Há ainda relatos de trabalhadores terceirizados sendo proibidos de falar, cumprimentar ou abraçar servidores efetivos: uma prática segregacionista, humilhante e incompatível com qualquer ambiente de trabalho que se pretenda minimamente humano.

A terceirização cria duas classes dentro da Universidade. De um lado, empresas que acumulam lucro reduzindo postos, descumprindo obrigações e tratando trabalhadores como substituíveis. De outro, pessoas que limpam, montam, carregam, vigiam e mantêm a USP de pé, mas são privadas de direitos, estabilidade, salário digno e reconhecimento. E esse modelo também atinge a categoria efetiva: transfere tarefas, aumenta a sobrecarga, estimula o assédio moral e aprofunda o adoecimento físico e mental de todos.

Por isso dizemos que é preciso acabar com a terceirização e que todos os trabalhadores terceirizados sejam efetivados sem a necessidade de concurso!

Por isso exigimos que a reitoria apure rigorosamente as condições de trabalho na montagem da Feira USP e as Profissões, com identificação de todas as empresas envolvidas na cadeia de contratação, garanta o atendimento, salário e todos os direitos ao trabalhador acidentado. Além da responsabilização da CAPE Feiras e Eventos e das empresas subcontratadas, com aplicação das sanções contratuais cabíveis. A fiscalização efetiva de todos os contratos terceirizados, com paralisação imediata de atividades inseguras e transparência sobre os contratos, postos previstos, postos ocupados e pagamentos.

É preciso nas unidades garantir a reposição imediata de todos os postos de limpeza suprimidos e pagamento correto de salários, adicionais, férias, benefícios e EPIs, além dos adicionais, auxílios e participação nos lucros previstos na convenção coletiva de trabalho e o fim de qualquer prática discriminatória que segregue terceirizadas e terceirizados dos demais trabalhadores da USP.

Enquanto a Universidade entregar serviços permanentes a empresas que só enxergam o trabalho como fonte de lucro, a precarização continuará reaparecendo sob novos nomes e contratos. A terceirização é incompatível com uma Universidade pública.

Defendemos o fim da terceirização na USP e a efetivação dos trabalhadores e trabalhadoras que hoje são terceirizados, sem necessidade de concurso, pois já exercem suas funções e comprovam todos os dias sua capacidade e a necessidade permanente desses serviços. Lutamos por igualdade de direitos, salários e condições de trabalho para toda a classe trabalhadora da Universidade.

Nenhuma Feira, obra ou unidade pode funcionar à custa de jornadas exaustivas, acidentes, humilhação e trabalho degradante. Os trabalhadores efetivos não podem aceitar que seus irmãos e irmãs de classe sejam tratados como descartáveis. A defesa de quem é terceirizado é a defesa de todos nós.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070
Tel: (11)3091 4380/4381 – (11)3816-7932 / (11)2648-0589 email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br